

# Mailson nega que o acordo seja solução definitiva da dívida

por Jurema Baeße  
de Brasília

O ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, em pronunciamento feito ontem na Comissão de Fiscalização da Câmara dos Deputados reiterou, diversas vezes, que o recente acordo da dívida externa não equacionou definitivamente a questão do endividamento. O fundamental, ressaltou, é a próxima fase, que consistirá na redução do estoque da dívida, que deve ser buscado como uma solução cooperativa.

Esta redução, porém, nos moldes convencionais, irá mostrar resultados concretos num período de dez a quinze anos. A recompra da dívida pelo País, explicou, de modo que sejam aproveitados os descontos que estão sendo verificados no mercado secundário, irá depender, porém, do nível de reservas do País, o que ainda não é possível ser feito pelo Brasil. O nível de reservas do País deverá crescer neste ano US\$ 2 bilhões em relação ao verificado no final de 1987, o que significa que as reservas deverão fechar entre US\$ 6,5 bilhões e US\$ 7 bilhões.

"É importante, contudo, destacou o ministro, explicar que muitas pessoas citam o deságio da dívida como algo extremamente conhecido e como solução para o problema, o que não corresponde à realidade". O mercado secundário, explicou, é limitado e marginal, representa cerca de 2 ou 3% da dívida, e um desconto nesse mercado não pode ser generalizado e também depende da oferta de papéis.

A conversão da dívida,

que neste ano deverá converter em investimento cerca de US\$ 3 bilhões, também irá contribuir para a redução da dívida. De 1987 para 1988, informou o ministro, a dívida externa foi reduzida em US\$ 6 bilhões por conta da conversão e da colocação de bônus da dívida. A dívida externa está em US\$ 115,2 bilhões, sendo US\$ 106 bilhões de médio e longo prazo e US\$ 9,2 bilhões de curto prazo.

Entre as alternativas que o País dispõe, acrescentou, está a possibilidade de entrada de recursos pelo chamado Plano Nakazone, que deverá destinar ao País entre US\$ 1 bilhão e US\$ 2 bilhões, sendo que alguma parcela ainda poderá entrar neste ano. Ainda dentro da busca de redução do estoque da dívida, Mailson citou que uma alternativa é a criação de uma agência internacional que adquira os títulos dos países endividados, aproveitando o desconto e repassando-o ao país devedor.

Os bancos, acrescentou, propõem isto não porque sejam bonzinhos e sim porque terão vantagens. Há uma sugestão por parte do governo francês, de que o FMI compre essa dívida, com vantagens para os dois lados. Não é possível trocar dívida velha por nova sem vantagens para os banqueiros, como queria o ex-ministro Luís Carlos Bresser Pereira, apontou Mailson.

E é ingênuo supor, assegurou, que os países industrializados ou os organismos internacionais de crédito façam algum esforço por um país que não esteja fazendo o seu ajuste interno.